



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE
CONTROLADORIA

RELATÓRIO DE AUDITORIA NA GESTÃO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE/MT.

PROCESSO:	002/2017
PRINCIPAL:	PREFEITURA MUNICIPAL
CNPJ:	01.367.762/0001-93
ASSUNTO:	RELATÓRIO DE AUDITORIA NA GESTÃO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
ORDENADOR DE DESPESAS:	EDUARDO FLAUSINO VILELA
AUDITOR INTERNO:	ADILSON PEREIRA DOS SANTOS
MUNICIPIO:	FIGUEIROPOLIS D'OESTE
NUMERO OS:	02/2017

Rua Santa Catarina, nº 146 – Centro – Figueirópolis D'Oeste – MT

Fone: (65) 3235-1586

Email: adilson@figueiropolisdoeste.mt.gov.br

Site: www.figueiropolisdoeste.mt.gov.br



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE
CONTROLADORIA

RELATÓRIO DE AUDITORIA EM AVALIAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS EM NÍVEL DE ATIVIDADE - GESTÃO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICAS.

SUMARIO

INTRODUÇÃO	2
I - ESCOPO.....	2
II - CONCEITOS.....	4
III - BASE NORMATIVA.....	5
IV - RESULTADO DOS TRABALHOS	5
1 . ANALISE GERENCIAL.....	6
a) Deficiências na formalização dos procedimentos (manuais, normas e procedimentos)	7
b) Normatização das rotinas e procedimentos.....	8
c) Setor Especifico com atribuições definidas	9
d) Plano Anual de Aquisições	9
e) Capacidade e disponibilidade para fiscalizar	10
f) Registros Cadastrais	11
g) Padronização de especificações técnicas dos bens e serviços mais comuns.....	12
2. ACHADOS DE AUDITORIA DE ACORDO COM O QACI.....	12
V - BOAS PRATICAS.....	32
VI - CONCLUSÃO.....	32
VI - RECOMENDAÇÕES	33



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE
CONTROLADORIA

CONTROLADORIA DO MUNICIPIO DE FIGUEIROPOLIS D'OESTE-MT
RELATORIO DE AUDITORIA No. 002/2017
Assunto: Avaliações dos Controles Internos Administrativos das Atividades de Contratações Públicas

UNIDADE AUDITADA	Contratações Públicas – Departamento de Licitações, Compras e Contratos
GESTOR DA UNIDADE	Elson Carlos da Silva – Secretário de Administração Vanessa Resende Oliveira – Supervisora de Licitações e Compras Willian Davi Da Hora – Presidente da Comissão de Licitação José Gomes Filho - Pregoeiro Tarcísio França – Gerente de Gestão
PREFEITO MUNICIPAL	Eduardo Flausino Vilela

INTRODUÇÃO

Em atendimento à determinação contida na Ordem de Serviço nº **002/CGM/2017**, apresentamos os resultados dos exames realizados sobre atos e consequentes fatos da Avaliação das Contratações Públicas, ocorridos na Unidade Auditada, no período.

I. ESCOPO

Os trabalhos foram realizados na Sede da Unidade Auditada, no período de **12/06/2017** a **20/09/2017**, em estrita observância às normas de auditoria aplicáveis ao serviço público, objetivando o acompanhamento preventivo dos atos e fatos de gestão ocorridos no período de abrangência do trabalho.

Nenhuma restrição foi imposta à realização dos exames.

Rua Santa Catarina, nº 146 – Centro – Figueirópolis D'Oeste – MT

Fone: (65) 3235-1586

Email: adilson@figueiropolisdoeste.mt.gov.br

Site: www.figueiropolisdoeste.mt.gov.br

2



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE
CONTROLADORIA

De acordo com o escopo definido pela equipe de auditoria, e em face dos nossos exames, realizados por amostragem, foram efetuadas as seguintes análises:

- **Sistema de Controle Interno** - Avaliação da estrutura de controles internos em nível de atividade, qual seja, a área de Contratações Públicas, abordando aspectos essenciais relacionados às atividades de controle aplicadas sobre uma amostra de processos, abrangendo as categorias de objetivo operacionais e de conformidade da área avaliada.

As aquisições têm papel primordial na atividade administrativa do Estado, uma vez que toda contratação pública, a princípio, se encontra vinculada à obrigação de licitar, obrigação esta constante na Constituição Federal (artigo 37, XXI). Mesmo nas hipóteses taxativas de exceção, em que a licitação é dispensável ou inexigível, o órgão ou entidade pública deve expor os motivos do por que não licitou, reforçando assim o caráter obrigatório dos processos licitatórios.

A necessidade de se aperfeiçoar continuamente os controles internos das Contratações Públicas decorre da sua forte relação com a geração de resultados para a sociedade e da elevada materialidade dos gastos associados.

Com relação à materialidade, levantamento do TCU presente no Acórdão nº 2.622/2015 indicou que o tema Contratações Públicas envolve de 10% a 15% do Produto Interno Bruto (PIB) Nacional, com valores de aproximadamente **R\$ 500 bilhões/ano**.

Quem comete irregularidade em licitação não apenas afronta uma norma de direito constitucional e administrativo, mas, sim, **conspira contra o atendimento das necessidades da sociedade**.

Na esteira desse entendimento, em exame dos indicadores de irregularidades apreciadas e mantidas pelo Tribunal Pleno do TCE/MT, nas contas anuais das organizações estaduais e municipais relativas ao exercício de 2014, constatou-se que o Tribunal Pleno manteve 829 irregularidades relacionadas a deficiências verificadas na gestão de licitações e



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE
CONTROLADORIA

contratos administrativos, o que equivale a **41,3% do total de infrações legais** ratificadas pelo TCE/MT no julgamento das contas dos seus fiscalizados.

Dessa forma, oferecendo subsídio aos gestores públicos do estado de Mato Grosso para implantação de controles internos efetivos, o TCE/MT e a Controladoria-Geral da União (CGU) estão orientando sua atuação como indutora do processo de aperfeiçoamento da gestão de Contratações Públicas, estimulando, inclusive, o enfrentamento da corrupção, além de contribuir para a construção de bases sólidas para o Sistema de Controle Interno da Administração Pública.

II. CONCEITOS

a) Licitação: Procedimento administrativo, de observância obrigatória pelas entidades governamentais, em que, observada a igualdade entre os participantes, deve ser selecionada a melhor proposta dentre as apresentadas pelas interessadas em com elas estabelecer relações de conteúdos patrimonial, uma vez preenchidos os requisitos mínimos necessários ao bom cumprimento das obrigações que eles se propõem (Alexandrino, Paulo; 2014).

b) Contrato: Todo e qualquer ajuste celebrado entre órgãos ou entidades da Administração Pública e particulares, por meio do qual se estabelece acordo de vontades, para formação de vínculo e estipulação de obrigações recíprocas (Art. 2 da Lei no 8.666/93)

c) Controles Internos: Conjunto de atividades, planos, métodos, indicadores e procedimentos interligados, utilizado com vista a assegurar a conformidade dos atos de gestão e a concorrer para que os objetivos e metas estabelecidos para as unidades jurisdicionadas sejam alcançados. (IN TCU no 63/2010, Art. 1o, X).



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE
CONTROLADORIA

III. BASE NORMATIVA

- a) Constituição Federal de 1988: Art. 37, XXI.
- b) Lei nº 8.666/93; 10.520/02; 123/2006 e Decreto 5450/05.
- c) Jurisprudência dos Tribunais de Contas.
- d) Norma Interna 04/2008
- e) Norma Interna 12/2009
- f) Norma Interna 28/2010
- g) Norma Interna 37/2011

IV. RESULTADO DOS TRABALHOS

Com base em elementos de conhecimento prévio sobre a unidade auditada e ainda, considerando o Planejamento Anual de Auditoria da Controladoria-Geral do Município, apresenta-se a seguir o resultado dos trabalhos de avaliação dos controles internos.

Licitações - Amostras avaliadas - realizadas em 2017					
Pregão Presencial	Convite	Concorrência	Tomada de Preços	Dispensa	Inexigibilidade
1/2017	01/2017	-	-	01/2017	02/2017
3/2017		-	-	02/2017	03/2017
4/2017		-	-	04/2017	04/2017
6/2017		-	-	05/2017	
8/2017				08/2017	
10/2017					
12/2017					

Licitações realizadas em 2017			
Quantidade de Processos	Recursos Licitados	Amostra avaliada	Recursos avaliados
00 - Concorrências	-	-	-
00 - Tomada de Preços	-	-	-
12 - Pregões Presenciais	3.576.220,90	7	2.564.695,60
08 - Dispensas	64.637,69	05	49.166,75

Rua Santa Catarina, nº 146 – Centro – Figueirópolis D'Oeste – MT

Fone: (65) 3235-1586

Email: adilson@figueiropolisdoeste.mt.gov.br

Site: www.figueiropolisdoeste.mt.gov.br

5



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE
CONTROLADORIA

01- C. Convites	76.420,00	1	76.420,00
04 - Inexigibilidade	442.163,90	3	408.673,80
TOTAL	4.159.442,49	16	3.098,956,15
<i>Fonte: Sistema de Compras, 21 de julho de 2017</i>			

Não consta no processo de Carta Convite justificativa para a não utilização da modalidade Pregão Eletrônico ou Presencial.

Não consta nos processos de Pregão Presencial a justificativa para a não utilização da modalidade Pregão Eletrônico.

1. ANÁLISE GERENCIAL

A Administração Pública no desempenho de suas funções deve submeter-se a controles diversos, incluindo os controles que deve exercer sobre seus próprios atos, denominados controles internos. A existência e efetivo funcionamento de sistemas de controles internos nos municípios é uma obrigação estatuída pela Constituição Federal de 1988 (art. 31). A finalidade desses controles é garantir que a administração atue em consonância com princípios constitucionais, como da legalidade e da eficiência, almejando com isso assegurar o melhor aproveitamento dos recursos públicos e a boa qualidade dos serviços prestados à população.

Nesse contexto, este trabalho teve como objetivo avaliar os sistemas de controles internos do município de Figueirópolis D'Oeste/MT, na atividade de Contratações Públicas, bem como fornecer subsídios para estruturá-los e/ou aprimorá-los, em busca da melhoria da governança na gestão municipal.

Neste trabalho, foi utilizado o Questionário de Avaliação de Controles Internos (QACI) para coleta de dados junto ao gestor municipal, no que se refere aos controles internos existentes na atividade de Contratações Públicas. O QACI foi confeccionado com base nos conceitos e terminologias constantes nas Normas de Controle Interno do Escritório Geral de Contabilidade dos Estados Unidos (GAO - Ferramenta de Gestão e Avaliação de

Rua Santa Catarina, nº 146 - Centro - Figueirópolis D'Oeste - MT

Fone: (65) 3235-1586

Email: adilson@figueiropolisdoeste.mt.gov.br

Site: www.figueiropolisdoeste.mt.gov.br

6



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE
CONTROLADORIA

Controle Interno), que foi construído com fundamento na metodologia delineada no modelo de referência do Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (Coso I – Estrutura integrada de controles internos).

Por relevante, cabe destacar que a responsabilidade por conceber, implantar, manter e monitorar controles internos para assegurar os objetivos acima mencionados é da administração do órgão ou entidade pública, cabendo à auditoria interna ou ao órgão de controle interno avaliar a qualidade desses controles.

Ademais, a ausência ou insuficiência dos controles internos representa a principal causa dos achados de auditoria presentes neste relatório, demandando uma atuação preventiva do gestor municipal para implementação de controles adequados e efetivos à atividade de **Contratações Públicas** no município de Figueirópolis D'Oeste/MT.

Cada uma das constatações identificadas por meio da aplicação do Questionário de Avaliação de Controles Internos (QACI) será analisada especificamente na sequência, considerando as fragilidades encontradas, as causas e suas consequências.

a) Deficiências na formalização dos procedimentos (manuais, normas e procedimentos).

Dentre os controles preventivos inerentes às atividades de controle, destaca-se a formalização de procedimentos, uma vez que **todas as atividades importantes devem ser documentadas de forma completa e precisa**, a fim de que seja fácil rastrear as informações desde o momento de autorização até a conclusão.

Os municípios devem, assim, elaborar normas e manuais com a descrição detalhada dos procedimentos, de forma a orientar seus servidores e empregados e uniformizar os procedimentos adotados na atividade de **Contratações Públicas**, evitando falhas na execução e prejuízos com retrabalho.

7



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE
CONTROLADORIA

Por meio do Questionário de Avaliação de Controles Internos – QACI aplicado no município de Figueirópolis D'Oeste/MT, foi possível listar as seguintes fragilidades:

b) Normatização das rotinas e procedimentos

Objetivo: Garantir que a execução das principais atividades envolvidas nas contratações públicas seja disciplinada por meio de ato normativo, devidamente formalizado, e detalhadas ou padronizadas por meio de manuais de rotinas e procedimentos.	
Risco	
1.	Ausência de documento <u>padrão</u> que oficialize a demanda que origina a contratação, levando a contratação que não atende a necessidade da organização, com consequente desperdício de recursos públicos;
Controle sugerido	
1.	Elaborar normativos para os procedimentos que houver necessidade, atualizar os já existente e seguir à risca os controles neles regulamentados.
2.	Utilizar a NI 04/2008 – que disciplina os procedimentos para o sistema de compras;
3.	Utilizar a NI 12/2009 – que disciplina os procedimentos para a celebração dos contratos;
4.	Utilizar a NI 28/2010 – que disciplina os procedimentos para a Locação de veículos e máquinas;
5.	Utilizar a NI 37/2011 – que disciplina os procedimentos para contratação de serviço de apoio;

A existência de atos normativos disciplinando as principais atividades de Contratações Públicas se atualizada e aplicada de forma efetiva pelos responsáveis, evita erros e retrabalho o que consequentemente poderá evitar danos financeiros ou a prática de atos ilegais. Já a falta de sua aplicação poderá consequentemente provocar danos financeiros e prática de atos ilegais, conforme se observa o Município dispõe de normativas que não estão sendo observadas pelos responsáveis; se observado a não aplicação das mesmas poderão e deverão ser atualizadas.

O não cumprimento da norma estabelecida pode acarretar a aplicação de penas disciplinares aos envolvidos conforme cada caso.



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE
CONTROLADORIA

c) Setor Específico com atribuições definidas

Objetivo: Assegurar que o setor responsável pelo gerenciamento das compras e contratações possua recursos humanos, materiais e tecnológicos adequados para o desenvolvimento de suas atividades e que os trabalhos sejam conduzidos com planejamento, organização, direção e controle.
Risco
1. Inexistência ou deficiências estruturais no Compras e Contratações Publicas (falta de recursos humanos, materiais ou tecnológicos).
Controle sugerido
1. Normatizar a Unidade administrativa , com atribuições definidas, para se evitar contratações desvantajosas para administração, (objetos mal especificados, modelo que não permite adequada gestão contratual, preços elevados),

O município dispõe de sistema informatizado para alimentação do sistema de compras, contratos e licitações, no entanto, definir em norma a estrutura e a responsabilidade de cada profissional evita retrabalho, desperdício de recursos financeiros e pessoal e ganha-se tempo. A realização de aquisições e contratações por pessoas estranho ao setor também causa grande prejuízo a municipalidade.

d.) Plano Anual de Aquisições

Objetivo: assegurar que as compras/contratações contribuam para o cumprimento do objetivo estratégico da organização.
Risco
1.. Inexistência do Plano Anual de Aquisições - leva a contratações desvantajosas que não contribuem com o objetivo estratégico da organização, provocando ineficiência no serviço público.
Controle sugerido
1. Elaborar o Plano Anual de Aquisições para os bens e serviços comuns da organização (papel A4, clips, canetas, copos descartáveis, etc)

Durante a auditoria, e com entrevista ao pregoeiro e aos responsáveis pelo setor de compras e licitações, percebe-se claramente que as dificuldades estão basicamente na padronização dos produtos e na pesquisa de preços e de quem são tais atribuições, e



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE
CONTROLADORIA

considerando o número reduzido de servidores do setor, torna se necessário um esforço maior por parte da gestão, criando se possível um grupo de trabalho com a finalidade de elaborar o Plano Anual de Aquisições e a Padronização dos bens e serviços comuns da organização e aprovação de um plano de Ação com datas para as entregas dos trabalhos.

Em um diálogo verbal com os responsáveis, este Controle Interno para colaborar sugere que se adéque os bens mais utilizados para a padronização encontrando inclusive na internet outros planos de aquisições e padronização dos bens que são comuns em todas as secretarias.

Este Controle Interno entende que os sistemas necessitam ser alimentados de forma completa e adequada, possibilitando uma melhor conferencia e gerenciamento facilitando a realização de auditorias pelos órgão de controle.

e) Capacidade e disponibilidade para fiscalizar

Objetivo: Nomeação dos atores com as competências necessárias para a fiscalização do contrato e com tempo disponível para exercer suas atividades
--

Risco

- | |
|--|
| 1. Contratações conduzidas por fiscais de contrato designados sem competências necessárias e tempo suficiente para desempenhar suas atividades, levando a fiscalização inadequada dos aspectos sob sua responsabilidade, com consequente não detecção de cumprimento do contrato pela contratada, responsabilização solidária da administração pelos encargos trabalhistas; impossibilidade e responsabilizar as partes do contrato. |
|--|

Controle sugerido

- | |
|---|
| 1 Quadro de servidores/empregados com capacitação adequada e tempo disponível para exercer os vários papeis na gestão contratual; |
| 2 Representante da administração que for nomeado para atuar na fiscalização ou gestão contratual que não detenha competências para tal notifica formalmente autoridade que nomeou sobre sua falta de competência. |

As contratações municipais estão com portaria formalizada discriminando efetivamente a responsabilidade do fiscal, no entanto, em acompanhamento dos Contratos este Controle Interno detectou que a maioria dos fiscais não atuam na fiscalização e nem realizam acompanhamento efetivo, os relatórios são confeccionados por outro servidor

Rua Santa Catarina, nº 146 – Centro – Figueirópolis D'Oeste – MT

Fone: (65) 3235-1586

Email: adilson@figueiropolisdoeste.mt.gov.br

Site: www.figueiropolisdoeste.mt.gov.br

50



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE
CONTROLADORIA

da administração. Essa situação já foi motivo de notificação por parte da Controladoria ao Gestor e Secretários, que nenhuma providencia tomaram. Os fiscais apenas atestam as notas fiscais sem ao menos conhecer o processo que deu origem ao contrato, também não pesquisam as certidões. Recomenda-se que seja nomeado um fiscal para acompanhar e fiscalizar todos os contratos, com exceção dos que são para áreas específicas como, contratação médica, fornecimento de medicamentos, obras, etc. Mas que exerça essa função de acordo com os preceitos definidos nas legislações vigentes, atuando de forma efetiva na fiscalização. A administração deve disponibilizar assessoria, capacitação e outros meios para capacitá-lo. Recomendamos ainda que seja normatizado termo de aceite do fiscal para estar fiscalizando o contrato e um conhecimento prévio do processo licitatório no seu nascedouro.

A consequência de não fiscalização contratual são desde a não detecção de descumprimento do contrato pela contratada, a pagamentos efetuados irregulares sem os devidos requisitos exigidos no edital de licitação isso pode levar responsabilização solidária da Administração pelos encargos previdenciários e subsidiária pelos encargos trabalhistas; impossibilidade de responsabilizar as partes do contrato.

f) Registros Cadastrais

Objetivo: Dispor de registro dos fornecedores de bens, executores de obras e serviços para simplificar os procedimentos de habilitação nas licitações.	
Risco	
1.	Licitações realizadas sem a existência de cadastro de fornecedores, levando a falta de informações gerenciais dos potenciais contratados, com consequente descumprimento de norma legal/princípio da isonomia e atraso na realização dos certames.
Controle sugerido	
2.	Manter registros cadastrais dos fornecedores, com dados relativos ao perfil do licitante.



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE
CONTROLADORIA

g) Padronização de especificações técnicas dos bens e serviços mais comuns.

Objetivo: Garantir que as aquisições observem o princípio da padronização	
Risco	
1.	Contratações sem padronização das especificações técnicas dos bens e serviços mais utilizados nos processos de aquisição, levando a multiplicidade de esforços para elaborar especificações técnicas de contratações semelhantes, com consequente dificuldade na obtenção de preço de referência ante a singularidade das especificações; qualidade ruim dada uma especificação mal elaborada
Controle sugerido	
2.	Padronização de especificações Técnicas dos bens e serviços mais utilizados (Medicamentos, gêneros alimentícios, combustíveis, pneus, limpeza, vigilância), com apoio das diversas áreas da Entidade, para uso da equipe de planejamento da contratação nas licitações

Dentre os controles e atividades de Controle confrontando com o QACI as atividades relevantes de controle se referente a diversos pontos que demandam criação de rotinas e check list de verificações e destacamos a seguir os objetivos, os riscos e os controles sugeridos ao final do relatório:

2. ACHADOS DE AUDITORIA DE ACORDO COM O QACI

01 – As contratações da Unidade originam a partir da formalização padrão da demanda pelo beneficiário?

Situação identificada – Nos processos licitatórios foram identificadas solicitações, nas compras, porém não é um documento padrão, alguns processos tem a solicitação detalhada, a maioria consta solicitação de ofício;

Avaliação – A forma de solicitação não é suficiente para atender as necessidades de controle e regularidade dos processos, ou seja, pode ser aprimorada. Não há um padrão nas solicitações, ficando deficiente a avaliação sobre o atendimento da real necessidade. A aprovação é feita de forma precária, podendo ser aprimorada.



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE
CONTROLADORIA

Recomendação

- a) Implantar um documento padrão para a oficializar as demandas;

02 – Existe setor/departamento responsável pela realização das atividades relacionadas às contratações públicas (licitação e contrato) no órgão ou entidade?

Situação identificada – A prefeitura de Figueirópolis D'Oeste conta com local específico e equipes estabelecidas para conduzir os processos de aquisição. Tem designado um Supervisor de Licitação e Compras, que também exerce a função de pregoeiro e mais um servidor designado pregoeiro, além de ter um servidor comissionado na função de Gerente de Gestão que atua no setor de comprar. A partir desta estrutura, são conduzidos os processos de aquisições, tanto compras diretas como licitações e dispensas ou inexigibilidades. Ainda conta com a comissão de licitação que acompanha e analisa todos os processos licitatórios e também atua como equipe de apoio na realização dos pregões. A equipe que realiza os procedimentos licitatórios está instalada em uma sala razoável e o responsável pelas compras em outra também com boas instalações, todos dispõem de computadores e recursos básicos para a execução de suas tarefas.

Mesmo tendo equipe e setores específicos para realizar as tarefas referente as contratações foi constatado que há contratações diretas (compras) sendo realizadas por setor estranho aos responsáveis pelas aquisições do município, o que evidencia falta de controle por parte da administração visto que isso pode levar a riscos e vícios que pode comprometer a gestão eficaz dos recursos públicos.

Avaliação – Existe uma estrutura montada, com recursos humanos disponíveis, necessitando aprimoramento, capacitação e ordenamento para que o setor possa contribuir de forma efetiva na condução do processo de aquisição, não somente “comprando”, mas, fazendo a gestão orçamentária e auxiliando a gestão financeira, buscando a melhor oferta para o atendimento das demandas. A equipe pode ser

Rua Santa Catarina, nº 146 – Centro – Figueirópolis D'Oeste – MT
Fone: (65) 3235-1586

Email: adilson@figueiropolisdoeste.mt.gov.br
Site: www.figueiropolisdoeste.mt.gov.br



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE
CONTROLADORIA

melhorada adicionando mais um servidor para estar auxiliando na elaboração e gerenciamento dos contratos.

Recomendação

- a) Elaboração de manual de normas e procedimentos bem como a disponibilização dos mesmos aos servidores;
- b) Normatizar a obrigatoriedade das contratações e aquisições serem realizadas apenas pelos setores responsáveis definido na legislação
- c) Aprimoramento e capacitação do setor, estabelecendo critérios e objetivos claros e de fácil entendimento para os servidores e credores que articulam com o mesmo;
- d) Melhorar a equipe com mais servidores possibilitando melhorias na elaboração dos processos dando ênfase a formalização e gerenciamento dos contratos.



Sala de licitações e contratos



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE
CONTROLADORIA



Sala de Gerencia de Gestão (Compras)

03 – A Entidade elabora um Plano Anual de Aquisições?

Situação identificada – Não foi identificado um plano anual de aquisições elaborado.

Avaliação – A partir de um plano anual de aquisições é possível executar a melhor compra. Além de envolver os diversos setores na logística de compras, pode-se trabalhar padronização de materiais de uso comum, bem como determinar os quantitativos de forma mais precisa, além de se estabelecer mecanismos que demonstrem as reais necessidades das aquisições.

Recomendação

- a) Implantar sistema de gerenciamento de compras e aquisições a partir de um planejamento satisfatório de aquisições, contendo no plano anual informações como descrição do objeto; quantidade estimada de contratação; valor estimado;



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE
CONTROLADORIA

identificação do requisitante; período estimado para aquisição; justificativa da necessidade; programa/ação suportada pela aquisição e objetivos apoiados pela aquisição; outros a especificar;

04 – A execução das principais atividades envolvidas na realização de licitações, dispensa e inexigibilidade, está apoiada por políticas e procedimentos (normas, manuais e check-list)?

Situação identificada – O Município possui suas atividades baseadas principalmente na legislação voltada para as compras e licitações, possui instrução normativa que determina procedimentos, e define as responsabilidades. Possui normativas para almoxarifado (armazenamento) e fiscalização de contratos, no entanto, essas instruções normativa não estão sendo observadas e necessitam de atualizações, mesmo este controle interno já tendo informado sobre a resolução do TCE que determina procedimentos para o referenciamento de preços este ainda não foi adotado. Não foi identificado normativo específico para licitações, só há uma referência tímida a esse assunto na Norma Interna de compras e o Decreto que regulamenta o Registro de Preços

Avaliação – Apesar das normas necessitarem de aprimoramento e atualização, observamos que este é um aspecto mediano, pois os processos seguem procedimentos legais e são amparados em normativos, leis e procedimentos, mesmo que falhos.

Recomendação:

- a) Aprimoramento e atualização dos atos normativos concernentes a licitações e compras;
- b) Elaboração de ato normativo para o referenciamento de preços para as aquisições;
- c) Elaboração de ato normativo para as licitações;



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE
CONTROLADORIA

05 – A entidade dispõe de registro cadastral de fornecedores?

Situação identificada – A instituição possui sistema informatizado onde mantém os cadastros de credores e possíveis fornecedores. Não possui ato normativo que regulamenta o cadastro.

Avaliação – Precisa normatizar o cadastro, e necessita realizar a divulgação e uso das normas, e aprimoramento das informações constantes nos sistemas informatizados.

Recomendação

- a) Elaborar normas relativas a cadastro de fornecedores, bem como realizar a divulgação das mesmas;

6 – O Órgão ou Entidade Pública padronizou as especificações dos bens e serviços mais comuns (medicamentos, gêneros alimentícios, combustível, pneus, peças, etc)

Situação identificada – Não foi identificada uma lista ou relação padronizada de itens mais utilizados, contendo especificações técnicas de bens e serviços, com exceção da lista gêneros alimentícios, mesmo com muita deficiência.

Avaliação – A ausência de uma lista padronizada de bens e serviços a serem adquiridos, pode por em risco a gestão de compras na medida que cada compra não tem a ser utilizados. Uma padronização serviria para dar conhecimento histórico e permitiria a mensuração do que realmente é útil e utilizável pelo poder público municipal.

Recomendação

- a) Criação e implantação do uso de listas e históricos de compras como forma de organizar as aquisições;



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE
CONTROLADORIA

07 – Nas contratações diretas (dispensa ou inexigibilidade) são elaborados os mesmos artefatos necessários para as contratações por meio de licitação (Projeto Básico ou Termo de Referência)?

Situação identificada – Nas dispensas observou-se a existência de documentos demonstrando a necessidade descrição de objetos, porém nas compras diretas, em boa parte delas não há existência de termos de referência e/ou projeto básico, as vezes não consta nem documento simples descrevendo as justificativas de necessidade.

Recomendação

- a) Edição de ato normativo determinando regras para o planejamento das contratações de bens e serviços

08 – A Entidade dispõe de modelos padronizados de Termos de Referência?

Situação identificada – A instrução normativa SCL 004/2008, que dispõe procedimentos para compras traz no seu conteúdo procedimento relativo as solicitações.

Avaliação – Apesar da normativa estabelecer um critério o mesmo não é levado a efeito pelos responsáveis pelas aquisições e está desatualizada.

Recomendação

- a) Melhorar e aprimorar o controle e o uso das normas relativas as aquisições de bens e serviços;
- b) Atualizar a norma em conformidade com as legislações recentes que versam sobre o assunto



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE
CONTROLADORIA

09 – A Entidade normatizou os métodos para realização de estimativas de quantidades de bens e serviços prévia a realização das licitações, dispensas e inexigibilidade?

Situação identificada – A entidade não normatizou os procedimentos para elaboração de estimativa de quantidade, de modo a orientar as equipes de planejamento;

Avaliação – A falta de normativos que norteiam o planejamento pode causar a ineficiência nas aquisições, levando a compras de bens e serviços mal dimensionados e com preços acima do de mercado;

Recomendação

- a) Estabelecer política de planejamento de aquisições, bem como estabelecer normas e regras claras que norteiam as compras de bens e serviços;

10 – A Unidade dispõe de controle manual ou eletrônico das informações sobre a disponibilidade orçamentária e financeira?

Situação identificada – A entidade possui sistema informatizado que faz os controles orçamentários e financeiros, permitindo o controle de aquisições, e informações atualizadas, permitindo ainda saber os empenhos emitidos, os saldos das licitações, e quantitativos comprados.

Avaliação – Mantém sistemas informatizados e inclui os dados diariamente, o que deixa prejudicado este processo é a falta de normativa e capacitação da equipe.

Recomendação

- a) Aprimorar a utilização dos sistemas informatizados, afim de aprimorar os controles internos, por meio de capacitação e qualificação dos servidores envolvidos com aquisições.



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE
CONTROLADORIA

11 – A Entidade normatizou os critérios para realização de pesquisa de preços prévia a realização das licitações, dispensas e inexigibilidades?

Situação identificada – A entidade não possui normas específicas para pesquisa de preços e termo de referência. Foi constatado orçamentos muito parecido e não está sendo observado a Resolução Normativa do TCE. Foi identificado nas verificações que a administração adquiriu produtos com preços acima do valor cotado, em detrimento do orçado com menor valor. (Dispensa 002/2017)

Avaliação – A ausência de ato normatizando a pesquisa de preços incorre no risco de aquisições antieconômicas e fora da realidade de mercado.

Recomendação

- a) Estabelecer e implantar instrumento normativo para a pesquisa e referência de preços.

12 – A Entidade utiliza edital-padrão em suas licitações?

Situação identificada – Não foi identificada a padronização dos editais de licitação, entretanto, os mesmos possuem os elementos necessários e de acordo com a Lei 8666/93. A Instrução normativa referente a licitações não faz referência a estrutura dos editais, somente dos procedimentos do processo como um todo.

Recomendação

- a) Promover a melhoria dos controles e padronização de procedimentos dos editais de licitação;

13 – A Assessoria jurídica emite parecer nas minutas dos editais de licitação, contratos, acordos, convênios ou ajustes?



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE
CONTROLADORIA

Situação identificada – Sim, principalmente nos processos licitatórios, verificou-se que a procuradoria emite pareceres sobre a legalidade e checa os elementos essenciais aos editais e processos de compras, entretanto, trabalha a partir de motivação externa, ou seja, depende de setores para o envio das demandas e comunicação das necessidades de análise por parte deles. Não foram identificados procedimentos normatizados de checagem.

Avaliação – O trabalho da procuradoria em relação os processos que envolvem aquisição são satisfatórios, devendo ser melhorados a medida que os processos de aquisição forem sendo aprimorados;

Recomendação – Como forma de melhoria, recomenda-se:

- a) Estabelecer mecanismo de controle e check list para as análises procedidas, como forma de aprimoramento e acompanhamento.

14 – A Entidade dispõe de controle (check-list/controle informatizado) dos prazos legais para publicação avisos de editais na nos meios legais?

Situação identificada – A prefeitura de Figueirópolis D'Oeste, anexa em seus processos as publicações efetuadas, publica os editais no diário oficial do município. Não foram identificados documentos que demonstrem o controle de prazos de publicações, porém a publicação é ato contínuo dentro da execução dos processos. Mas foi evidencia na verificação que alguns procedimentos não estão sendo ou estão sendo publicados fora do prazo.

Recomendação:

- a) Adotar controle dos prazos para publicação dos editais, etc.



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE
CONTROLADORIA

15 – A Entidade adota Políticas de Aquisições (compras, compras conjuntas, estoque e sustentabilidade, por exemplo)?

Situação identificada – Não foram identificados documentos que comprovem a adoção de políticas de aquisições de bens ou serviços.

Recomendação – se:

- a) Que se adote políticas de aquisições de bens e serviços que possa ser observados os quesitos de compras conjuntas, estoque e sustentabilidade.

16 – A Unidade designa formalmente os atores que devem atuar na fase de externa da licitação (Comissão de Licitação, pregoeiro, etc)?

Situação identificada – Foram identificadas as portarias de nomeação das comissões de licitação e pregão. As portarias observam os limites impostos pela lei nº 8666/1993, e a prefeitura executa a política de rotatividade na ocupação dos cargos.

Avaliação – A prefeitura de Figueirópolis D'Oeste, cumpre com os requisitos formais e legais no tocante a nomeação dos servidores para as comissões de fase externa, nas pesquisas realizadas, a maioria deles relatou falta de capacitação.

Recomendação

- a) Promover capacitação dos servidores envolvidos com a fase externa das aquisições.



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE
CONTROLADORIA

17- O Órgão ou Entidade Pública adota rotinas para prevenção de fraudes e conluíus?

Situação identificada – As rotinas verificadas para prevenção de fraudes e conluio se limitam a conferencia de autenticidade de documentos quanto a autenticidade, alterações, etc.

Recomendação:

- a) Adotar mecanismo de rotina que possa prever e identificar possíveis fraudes e conluio nos processos. Se possível a elaboração de um normativo para deliberar sobre a questão.

18 – São realizadas consultas durante o certame e anexadas ao processo para verificar a ocorrência de registro de penalidades que impedem as empresas de licitar e contratar?

Situação identificada – Se constatou que não são realizadas consultas durante o certame, pois não se encontrou nenhuma ocorrência anexada nos processos.

Recomendação

- a) Estabelecer mecanismos para verificação de cadastros impeditivos e penalidades durante a realização dos certames;

19- É designada formalmente equipe técnica para auxiliar a CPL/Pregoeiro na análise da documentação de habilitação e propostas de preços nas licitações para contratação de objetos mais complexos (Obras e Tecnologia da Informação – TI, por exemplo)?

Situação identificada – Não são designadas equipes técnicas para auxiliar a CPL/Pregoeiro na análise de propostas mais complexas, a exemplo de obras, tecnologia da informação ou ate mesmo medicamentos.

Rua Santa Catarina, nº 146 – Centro – Figueirópolis D'Oeste – MT
Fone: (65) 3235-1586

Email: adilson@figueiropolisdoeste.mt.gov.br
Site: www.figueiropolisdoeste.mt.gov.br



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE
CONTROLADORIA

Recomendação

- a) Estabelecer prática de designação de profissionais para acompanhar as aquisições mais complexas com o intuito de realizar a melhor compra;

20 – A Entidade dispõe de controle de prazos das fases do processo licitatório?

Situação identificada – A prefeitura de Figueirópolis D'Oeste não dispõe de controle de prazos das fases do processo licitatório.

Recomendação

- a) Estabelecer mecanismos para poder avaliar o tempo dispensado em uma aquisição, seja por meio de processo licitatório ou compra direta;

21 – A Entidade dispõe de plataforma eletrônica (Sistema) para realizar os processos licitatórios?

Situação identificada – Possui o sistema de licitações, porem necessita de capacitação para melhor uso dos recursos que o sistema oferece.

Recomendação

- a) Alimentar o sistema informatizado, com o intuito de melhorar os controles e a eficiência dos processos licitatórios.

22 – A Entidade realiza reunião de iniciação do contrato com o contratado?

Situação identificada – Não foram identificados documentos que comprovem a reunião de iniciação de contrato com o contratado, em conversas e pesquisas entendeu-se que não são realizadas.



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE
CONTROLADORIA

Recomendação

- a) Implantar rotina de realização de reunião inicial de contrato, visando o conhecimento do contrato, apresentação do fiscal, definição dos termos de trabalho e esclarecimento dos tópicos contratuais firmados através de documentos formalizados que comprove a reunião inicial;

23 – A Entidade dispõe de controle (check-list/controle informatizado) dos prazos legais para publicação do extrato de contrato na imprensa oficial?

Situação identificada – Em visita ao setor de contratos, não identificamos a existência de planilha eletrônica de controle de publicações, foram identificados que as publicações são anexadas aos contratos, os mesmos são digitalizados e armazenados, em pastas organizadas por mês em formato PDF.

Recomendação

- a) Adotar controle dos prazos para publicação dos extratos de contratos na imprensa oficial, etc.

24 – A Entidade dispõe de listas de verificação para formalização da apresentação de garantia contratual?

Situação identificada – Não foram identificados documentos que comprovem existência de listas de verificação requisitadas.

Recomendação

- a) Deve se estabelecer a formalização de listas para verificação da apresentação de garantias contratuais e controlar o seu vencimento.



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE
CONTROLADORIA

25 – A Entidade designa formalmente os atores que devem atuar na fase de fiscalização do contrato?

Situação identificada – A Entidade nomeou os fiscais de contrato por meio da portaria, observa-se que a mesma define o fiscal por contrato, no entanto, não dispõe de suplente para os casos de férias, doenças, licenças do servidor titular nomeado.

Sumula 5 – TCE/MT - A execução de contratos administrativos deve ser acompanhada e fiscalizada por um representante do órgão contratante, especialmente designado para tal fim.

Recomendação

- a) Este Controle Interno tem incentivado em conversas realizadas com os responsáveis para a participação dos fiscais nos cursos EAD/TCE, no entanto, ainda a pouca participação;
- b) Capacitar os fiscais de contrato e observar a capacidade técnica para cada contrato.

26 – Os servidores designados atuam na fiscalização do contrato?

Situação identificada – Não há atuação do fiscal, visto que os relatórios são elaborados por servidor alheio ao processo, sendo que o responsável pela fiscalização apenas assina o citado documento sem realizar um acompanhamento efetivo.

Recomendação

- a) Implantar rotinas de efetivo acompanhamento de fiscalização contratual;
- c) Que seja normatizado termo de aceite do fiscal para estar fiscalizando o contrato e um conhecimento prévio do processo licitatório no seu nascedouro.
- d) Recomenda-se que seja nomeado um fiscal para acompanhar e fiscalizar todos os contratos, com exceção dos que são para áreas específicas como, contratação médica, fornecimento de medicamentos, obras, etc.

Rua Santa Catarina, n° 146 – Centro – Figueirópolis D'Oeste – MT

Fone: (65) 3235-1586

Email: adilson@figueiropolisdoeste.mt.gov.br

Site: www.figueiropolisdoeste.mt.gov.br



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE
CONTROLADORIA

27 – A Entidade dispõe de lista de verificação (checklist) com a finalidade de verificar a conformidade das alterações contratuais (Termo Aditivo/Apostilamento) com as formalidades legais?

Situação identificada – Não foram identificadas listas de verificação para conferência e checagem de conformidades das alterações contratuais.

Recomendação

- e) Implantar rotinas de verificação nas alterações contratuais elaborando *checklist* para tal

28 – Existe controle (manual ou eletrônico) da ata de registro de preços?

Situação identificada – A prefeitura trabalha com um software de gerenciamento de licitações que faz o controle das atas de registro de preço. Onde existe a possibilidade de se fazer os controles de caronas bem como aprimorar a gestão dos processos, porém, não faz uso de todas as ferramentas, por falta de alimentar informações no sistema.

Foi constatado alteração nos valores de itens registrados na Ata de Registro de Preços 02/2017, majorando os preços dos mesmos, o que contraria o Artigo 19 do Decreto 7.982 de 23 de maio de 2013, que diz:

Art. 19. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

I - liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

II - convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

Parágrafo único. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

Rua Santa Catarina, n° 146 – Centro – Figueirópolis D'Oeste – MT

Fone: (65) 3235-1586

Email: adilson@figueiropolisdoeste.mt.gov.br

Site: www.figueiropolisdoeste.mt.gov.br

27



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE
CONTROLADORIA

Recomendação

- a) Aprimorar o uso dos sistemas locados. Inserir as informações necessárias para a melhor gestão dos processos licitatórios, inclusive os contratos e atas de registro de preços oriundo dos mesmos.
- b) Observar e seguir a Legislação quanto ao que é estabelecido nas contratações principalmente quanto ao Registro de Preços (majoração de valor registrado em Ata);

29 - Foram elaboradas listas de verificação para os aceites do objeto?

Situação identificada - Não identificamos normatização nem documentos para a verificação de aceites dos objetos.

Recomendação

- a) Aprimorar o recebimento de objetos, serviços e materiais adquiridos pela prefeitura, elaborando dispositivo que garantam a entrega do objeto contratado.

30 - A Entidade dispõe de normativo para condução de processos administrativos de penalização de entes privados?

Situação identificada - Não foram identificados normativos para a condução de processos administrativos de penalização de entes privados.

Recomendação

- a) Normatizar procedimentos relativos a penalização de entes privados quando não cumprirem com os contratos e/ou convênios firmados.



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE
CONTROLADORIA

31 – A Entidade consulta as condições de regularidade antes de cada pagamento a ser efetuado para a contratada?

Situação identificada – Não foram identificados procedimentos e rotinas implantadas referentes a consulta de regularidade antes dos pagamentos.

Recomendação

- a) Normatizar procedimentos relativos a consulta de regularidade antes de cada pagamento;

32 – A Entidade dispõe de separação entre funções e atividades consideradas incompatíveis nas Contratações Públicas?

Situação identificada – A Entidade dispõe de separação entre funções, os servidores que fazem parte da comissão de licitação são diferentes dos que fazem as autorizações de compras pagamentos. Na distribuição dos trabalhos, existem separados os responsáveis por pagamento, os emissores das despesas e as pessoas que conduzem os processos. O atesto é feito por pessoal diverso ao setor de licitações.

33 – Existe Plano Anual de Capacitação que contemple os servidores responsáveis pela atividade de gestão de Contratações Públicas?

Situação identificada – são realizado capacitação apenas para alguns servidores, quando deveria ser capacitados todos os envolvidos na gestão de contratações públicas, incluindo os membro da Comissão Permanente de Licitações e Equipe de apoio.

Recomendação

- a) Elaborar e implantar plano de capacitação para as atividades de contratação pública, que contempla todos os servidores envolvidos no tema;



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE
CONTROLADORIA

34- Existe Manual de Fiscalização de Contrato na Entidade?

Situação identificada – A entidade possui a NI_SSG_37/2011, que tem entre os seus objetivos Disciplinar e normatizar os procedimentos de gerenciamento, acompanhamento e fiscalização dos contratos firmados pelo município, além de parametrizar os critérios para registro de ocorrências e garantir a sua plena execução evitando a má aplicação do dinheiro público.

Este Controle Interno no presente exercício, notificou os responsáveis e encaminhou via e-mail a Norma Interna que trata da fiscalização de contratos, porém, há pouca melhora nos processos de fiscalização contratual.

Recomendação

- a) Aprimorar a fiscalização contratual de forma a tornar o agente fiscalizador atuante e mais participativo do processo, não só assinando os relatórios deixando ciente de suas responsabilidades e penalizações;

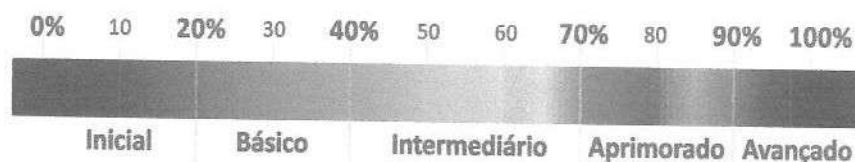
Nas verificações in loco e durante as entrevistas com os responsáveis, além da entrevista foi estabelecido um diálogo como forma de perceber a situação do dia a dia, percebe-se que os colaboradores da unidade estão envolvidos nas atividades que lhe são obrigatórias, porém é evidente a necessidade de um aprimoramento nos controles e equipe responsável.

De acordo com o percentual de pontos obtidos frente ao total de pontos possíveis, foi atribuído, para fins de definição do nível de maturidade dos sistemas controles internos do município de Figueirópolis D'Oeste – MT o conceito da escala já utilizado pelo Tribunal de Contas da União e Controladoria-Geral da União em trabalhos similares, conforme apresentado a seguir:



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE
CONTROLADORIA

1. Gráfico 1 – Nível de maturidade dos controles internos



Fonte: Acórdão TCU n. 568/2014 – Plenário

Nesse sentido, a Prefeitura Municipal de Figueirópolis D'Oeste - MT ficou enquadrada no nível de maturidade de controles **Iniciais**, com **33,33%** dos pontos possíveis, fato que coloca a atividade em probabilidade de ocorrência de impropriedades e/ou irregularidades capazes de impactar negativamente os objetivos almejados quando da execução das ações da Gestão de Contratações Públicas. Ou seja, quanto maior for o nível de maturidade alcançado, menor será o seu risco residual de erros ou irregularidades na execução do programa, haja vista a relação inversamente proporcional entre controles internos e a ocorrência das mais diversas irregularidades. Face ao exposto, a análise em nível de atividades demonstra a necessidade de aperfeiçoamento dos sistemas controles internos no município de Figueirópolis D'Oeste - MT no ciclo de execução das atividades de contratações públicas, o que pode ser alcançado com o comprometimento dos gestores em implementar medidas tendentes a fortalecer os controles internos administrativos, como forma de contribuir para o aprimoramento da gestão e o desempenho da administração municipal na execução do programa em análise.

O que se observou na execução dos trabalhos de auditoria é que apesar da rotatividade de servidores o que dificulta a implantação de rotinas, o município vem adotando melhorias nos processos internos mas não há planejamento para isso acontecer, o que ocorre é que quando há problemas resolvem-se pontualmente, e implantam rotinas específicas e não em um todo que aprimorariam os controles internos, conduzindo à facilitação dos trabalhos no dia a dia. As melhorias das práticas nos procedimentos devem

Rua Santa Catarina, nº 146 – Centro – Figueirópolis D'Oeste – MT

Fone: (65) 3235-1586

Email: adilson@figueiropolisdoeste.mt.gov.br

Site: www.figueiropolisdoeste.mt.gov.br

31



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE
CONTROLADORIA

evoluir ano após ano, independente das gestões político administrativas, devem sempre buscar seu objetivo de forma legal, eficiente e eficaz, na sua totalidade.

V. BOAS PRÁTICAS

As boas práticas são as ações que devem ser ressaltadas durante as avaliações de controle interno, como forma de destacar o que vem sendo feito de forma positiva e além da obrigação legal, geralmente são voltadas visando a eficiência, eficácia no atendimento das demandas ou o bem estar dos usuários do serviço público, assim sendo, identificamos como ação considerada boa prática na Gestão Contratações Públicas, é a realização dos processos licitatório sempre na modalidade de pregão mesmo que presencial, abolindo a modalidade convite, que apesar de ser legal é muito contestada pela fragilidade nos controles de riscos de fraude.

VI. CONCLUSÃO

A avaliação realizada abrangeu aspectos essenciais do componente atividade de controle da área de logística de Gestão de Contratações Públicas no exercício 2017. As conclusões restringem-se aos elementos avaliados das atividades de controle relacionadas aos processos examinados e inspeções físicas realizadas, não foram avaliados os quesitos qualitativos nesta averiguação.

Face ao exposto, somos de opinião que a Prefeitura do Município de Figueirópolis D'Oeste deve adotar, para as ações que envolvem a gestão de Contratações Públicas, medidas corretivas com vistas a elidirem os pontos ressaltados neste relatório, implementando as seguintes **RECOMENDAÇÕES**:



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE
CONTROLADORIA

1. *Revisão da normativa relativa a gestão de Contratações Públicas e elaboração de cartilhas e manuais que instruem os servidores sobre os procedimentos;*
2. *Normatizar a obrigatoriedade das contratações e aquisições serem realizadas apenas pelos setores responsáveis definido na legislação*
3. *Melhorar a equipe com mais servidores possibilitando melhorias na elaboração dos processos dando ênfase a formalização e gerenciamento dos contratos;*
4. *Implantar um documento padrão para a oficializar as demandas;*
5. *Implantar sistema de gerenciamento de compras e aquisições a partir de um planejamento satisfatório de aquisições, contendo no plano anual informações como descrição do objeto; quantidade estimada de contratação; valor estimado; identificação do requisitante; período estimado para aquisição; justificativa da necessidade; programa/ação suportada pela aquisição e objetivos apoiados pela aquisição; outros a especificar;*
6. *Criação e implantação do uso de listas e históricos de compras como forma de organizar as aquisições;*
7. *Elaborar ato normativo para as licitações;*
8. *Aprimoramento das normas relativas a cadastro de fornecedores, bem como a divulgação das mesmas;*
9. *Melhorar e aprimorar o controle e o uso das normas relativas as aquisições de bens e serviços;*
10. *Estabelecer política de planejamento de aquisições, bem como estabelecer normas e regras claras que norteiam as compras de bens e serviços;*



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE
CONTROLADORIA

11. *Aprimorar a utilização dos sistemas informatizados, afim de aprimorar os controles internos, por meio de capacitação e qualificação dos servidores envolvidos com aquisições;*
12. *Estabelecer e implantar instrumento normativo para a pesquisa e referência de preços;*
13. *Promover a melhoria dos controles e padronização de procedimentos dos editais de licitação;*
14. *Promover capacitação dos servidores envolvidos com a fase externa das aquisições;*
15. *Elaborar e implantar plano de capacitação para as atividades de contratação pública, que contempla todos os servidores envolvidos no tema;*
16. *Estabelecer mecanismos para verificação de cadastros impeditivos e penalidades durante a realização dos certames;*
17. *Adotar controle dos prazos para publicação de editais, extratos de contratos na imprensa oficial, etc.*
18. *Estabelecer prática de designação de profissionais para acompanhar as aquisições mais complexas com o intuito de realizar a melhor compra (equipe especial para a compra de medicamentos, alimentação escolar, pneus, etc);*
19. *Estabelecer mecanismos para poder avaliar o tempo dispensado em uma aquisição, seja por meio de processo licitatório ou compra direta;*
20. *Alimentar o sistema informatizado, com o intuito de melhorar os controles e a eficiência dos processos licitatórios;*
21. *Implantar rotina de realização de reunião inicial de contrato, visando o conhecimento do contrato, apresentação do fiscal, definição dos termos de trabalho e esclarecimento dos tópicos contratuais firmados;*



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE
CONTROLADORIA

22. *Implantar rotinas de efetivo acompanhamento de fiscalização contratual, capacitando os fiscais fazendo com que tenha conhecimento prévio do processo licitatório no seu nascedouro e sempre observando a capacidade técnica para cada contrato, visando assim o aprimoramento dos controles relativos a fiscalização de forma a tornar o agente fiscalizador mais participativo do processo, não só assinando os relatórios deixando ciente de suas responsabilidades e penalizações;*
23. *Normatizar o termo de aceite do fiscal para estar fiscalizando o contrato;*
24. *Implantar rotinas de verificação nas alterações contratuais elaborando checklist para acompanhamento;*
25. *Aprimorar o uso dos sistemas locados. Inserir as informações necessárias para a melhor gestão dos processos licitatórios, inclusive os contratos e atas de registro de preços oriundo dos mesmos;*
26. *Aprimorar o recebimento da execução contratual e recebimento do objetos, serviços e materiais adquiridos pela prefeitura, elaborando dispositivo que garantam a entrega do objeto contratado;*
27. *Normatizar procedimentos relativos a penalização de entes privados quando não cumprirem com os contratos e/ou convênios firmados;*
28. *Normatizar procedimentos relativos a consulta de regularidade antes de cada pagamento;*
29. *Elaborar e implantar plano de capacitação para as atividades de contratação pública;*
30. *Estabelecer a formalização de listas para verificação da apresentação de garantias contratuais e controlar o seu vencimento;*
31. *Adotar justificativa para a utilização do Pregão Presencial em detrimento do Eletrônico;*



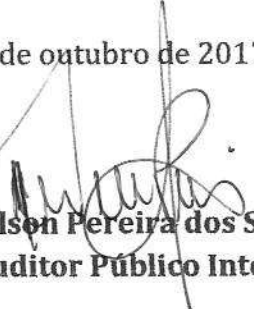
ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE
CONTROLADORIA

32. *Adotar justificativa para a não utilização do pregão para aquisição de bens e serviços comuns quando realizar convite;*
33. *Abster de realizar atualização em Ata de Registro de Preços, majorando os valores registrado, em desacordo com as Legislações que versa sobre o tema;*
34. *Adotar rotinas para evitar disparidade entre a necessidade e a realidade de aquisição do município, frustrando a expectativa do fornecedor onde muitas vezes se licita além da necessidade do município e a compra acontece bem abaixo do que fora licitado.*

Os achados de auditoria indicam que a atividade de Gestão de Contratações Públicas no município de Figueirópolis D'Oeste/MT apresenta vulnerabilidades e deficiências em seus sistemas de gestão de riscos e controles internos. Dessa forma, é imperioso que o gestor municipal adote providências, com base no diagnóstico realizado, buscando implementar os controles inexistentes apresentados neste achado de auditoria, com objetivo de aprimorar a gestão da atividade e consequentemente, contribuir para a melhor aplicação dos recursos públicos em benefício da sociedade.

Salvo outras considerações é o nosso Relatório.

Figueirópolis D'Oeste-MT, 03 de outubro de 2017.


Adilson Pereira dos Santos
Auditor Público Interno